Adolescentes Infratores: a Evidência do Óbvio

Há evidências no trato do grave problema social relativo aos adolescentes infratores que são desconsideradas por aqueles que têm a missão de, acima e antes de tudo, se aprofundar nelas para agir ou tentar agir com eficiência e isenção. É sempre bom lembrar que não pode haver evidência que seja para uns e não para outros.

Assim é que a violação da Lei traz conseqüências jurídicas. Todos sabemos. É evidente. Se um adolescente pratica um ato infracional e é submetido ao devido processo legal, ele tem que ser julgado e, comprovada a sua culpa e necessidade, não se pode deixar de aplicar uma medida sócio-educativa, independentemente de outros questionamentos. Aplicar medida, é tarefa do Judiciário. Executá-las, é atribuição do Executivo. Outra evidência. A imposição de medidas sócio-educativas decorre do fato e do julgamento e não pode ser condicionada a outros motivos. A mudança de regime ou extinção de medidas só pode ser levada a termo após o exame de vários fatores, mas, é bom que se destaque, não há justificativa jurídica para se dar a liberdade aos adolescentes internados que participam de motins, depredações no local onde dormem, etc.

Como dizia Roberto Lyra, não há irrecuperáveis, mas irrecuperados; não há ineducáveis e sim ineducados. Assim, procura-se investigar, caso a caso, quais as situações em que ainda há uma necessidade de manutenção da medida. Não se adota o critério do tempo pré-fixado, pois aqui não se trata de gravidez ou ciclo lunar. Tudo depende do trabalho que foi feito pela Instituição que acolhe o adolescente.

É importante destacar que no ano de 1997 foram aplicadas 5845 medidas sócio-educativas, das quais apenas 443 foram a de internação definitiva. Só para se ter um referencial, foram aplicadas 765 liberdades assistidas, 856 semiliberdades, 132 prestações de serviços à comunidade, dentre outras. Este ano, de janeiro a março, foram aplicadas 2514 medidas, das quais 167 são de internação definitiva, 271 semiliberdades, 318 liberdades assistidas, 248 tratamento antidrogas, 104 advertências, 38 prestações de serviços à comunidade, dentre outras.

Por aí se vê que medidas restritivas de liberdade (internação e semiliberdade) não são as mais utilizadas por este Juízo. Mas não se pode fugir da realidade nua e crua: há um crescente aumento de adolescentes infratores e uma diminuição acentuada de vagas para serem cumpridas medidas. Mais uma evidência.

O Poder Executivo e a Sociedade em geral deveriam se articular em prol da prevenção e na parte dos infratores, a regeneração é a maior medida preventiva, até mesmo porque serve de exemplo para o próximo, para a própria sociedade. Mas, cabe a pergunta: é possível? Claro que sim. A natureza humana é fundamentalmente boa e, por isso mesmo, é que não se deve descreer, ainda nos obstinados delinqüentes, da possibilidade de regeneração ou do êxito da preconizada pedagogia corretiva. Para tanto, mister se faz substituir os maus pelos bons hábitos, afastar de seu habitat e grupo a que está integrado e principalmente convencer das vantagens da mudança.

Destaque-se que no Rio de Janeiro, há mais de dez anos não se tem notícia da criação de uma única vaga a mais para a ressocialização do adolescente infrator. Talvez aí esteja a causa das superlotações e em última análise das rebeliões. Mas mesmo assim este Juízo tem, proporcionalmente, internado menos do que nos anos anteriores, e é preciso entender, como disse Tobias Barreto, que " O Direito é um regulador, não do pensamento, porém das ações. Não se lhe deve, portanto, aplicar a medida teórica do verdadeiro, mas a medida prática do conveniente". Educar é também impor limites, e estes devem ser compatíveis com a necessidade de evitar o retorno à atividade ilícita.

Dessa forma, as tentativas de se repassarem para o Poder Judiciário a responsabilidade pela execução das medidas sócio-educativas não podem, jamais, em termos globais e generalizantes, passar pela equívoca e precipitada afirmação no sentido de sinalizar serem inadequadas as internações, pois além de as mesmas serem em número reduzido (inferior a 15% do total das medidas sócio-educativas), tal juízo de valor só pode ser feito individualmente, em cada processo, antes do trânsito em julgado da decisão. Afirmação diversa em ouvidos não muito sensíveis pode gerar a falsa impressão de que o Julgador, o Ministério Público, ou a Defesa, só têm um alternativa para a ressocialização de adolescentes: a privação de liberdade. Não se dá conta outros interesses: gravidade do ato infracional, alto índice de reincidência, ausência de um trabalho eficaz na execução das outras medidas como a semiliberdade e liberdade assistida (também a cargo do Executivo) e principalmente a utilização prioritária de outras medidas, chamadas de alternativas, estas sim em maior número.

São estas algumas das evidências que precisam ser sopesadas antes de ser emitido um conceito ou uma opinião tendenciosa a obscurecer os raios de sol da verdade. A ausência de alternativas eficientes acaba tornando inevitável o segregamento, cada vez mais numeroso. É bom lembrar que, se projeta o número de seis mil adolescentes para serem julgados, ao longo do corrente ano, pela prática de atos infracionais somente no Município do Rio de Janeiro. Quantas vagas dispõe o Estado?

GUARACI DE CAMPOS VIANNA
Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e Juventude
da Comarca da Capital